

Legados de um passado escravista

cultura material e riqueza em Minas Gerais*

Heritages from the slavery past *material culture and wealth in Minas Gerais*

CLÁUDIA ELIANE PARREIRAS MARQUES MARTINEZ

Departamento de História

Universidade Estadual de Londrina/Paraná

Caixa Postal 6001. CEP 86051-990. Londrina. PR. Brasil

cepmarques@uol.com.br

RESUMO Este artigo analisa as transformações da cultura material e da riqueza no Vale do Paraopeba/MG, ao longo de sete décadas (1840/1914). Parte do pressuposto de que o fim da escravidão numa economia de abastecimento interno modificou profundamente a relação que a sociedade tinha com os seus objetos, bens e equipamentos do mundo doméstico e do trabalho. Dessa suposição procedem as questões relativas à posse de escravos, à valorização das terras, ao fracionamento das propriedades, à dispersão das grandes fortunas depois de 1888. Tais questionamentos só foram passíveis de observação e crítica a partir de um Banco de Dados composto de 761 inventários *post-mortem* e outros documentos complementares. É a história dessas transformações materiais que se discute neste trabalho.

Palavras-chave cultura material, riqueza, economia de abastecimento interno, transição do trabalho escravo, Vale do Paraopeba/MG

* Artigo recebido em: 01/07/2011. Autor convidado.

ABSTRACT This article analyzes the modifications of material culture and wealth in Vale do Paraopeba/MG over seven decades (1840/1914). It assumes that the end of slavery in an economy of internal supply profoundly changed the relationship of society with their objects, goods and equipment in the domestic and labor world. This argument leads to consequences regarding the possession of slaves, the appreciation of land, the fractionation of properties and the dispersion of great fortunes after 1888. Such issues could only be observed and criticized due to a database composed of 761 post-mortem inventories and other supplementary documents. It is the history of these material changes that it will be to discuss in this article.

Keywords material culture, wealth, economy of internal supply, transitioning of slave labor, Vale do Paraopeba/MG

Introdução

Os trabalhos sobre cultura material no Brasil, até as décadas de 1980/90, ainda eram dispersos e pouco sistemáticos entre os historiadores. Quando se referiam aos objetos do cotidiano – móveis, vestuário, joias, moradias urbanas e rurais, utensílios domésticos, equipamentos de trabalho etc. –, consideravam-nos, quase sempre, ilustrativos de um determinado estrato social, geralmente o dos mais abastados. Em decorrência desse cenário, não havia consenso em relação aos conceitos e terminologia empregados, nem mesmo aportes instrumentais específicos para investigá-los.

Se a cultura material era tema e assunto para a Arqueologia e a Antropologia, isso não quer dizer que alguns precursores/historiadores não se reportassem aos objetos e procurassem perceber sua relação com os homens de seu tempo. É preciso lembrar que a historiografia clássica não tivera a intenção de investigar diretamente a cultura material e, por isso, tais estudos tornaram-se hoje fontes de pesquisa – inspiradoras, pela natureza de seus trabalhos –, mas não um referencial metodológico e conceitual.

Capistrano de Abreu, Alcântara Machado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda constituem exemplos de como a cultura material foi utilizada de forma indireta para a inteligibilidade das sociedades do passado.¹ Com perspectivas e recortes temporais diferentes, suas análises estudam

1 ABREU, Capistrano de. *Capítulos de história colonial (1500-1800)*. 3ª.ed. São Paulo: Ed. da Sociedade Capistrano de Abreu, F. Briguiet & Cia., 1934. (1ª ed. 1907); FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 20ª.ed. Rio de Janeiro: Livraria J. Olímpio, 1980. (1ª ed. 1933); FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos*. Decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano. 9ª.ed. Rio de Janeiro: Record, 1996. (1ª ed. 1936); MACHADO, Alcântara. *Vida e morte do bandeirante*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1980. (1ª ed. 1929); e HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e fronteiras*. 3ª.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. (1ª ed. 1956).

fenômenos de caráter cultural e, em particular, levantam questões ligadas à vida material.² Quando a historiografia francesa, para não mencionar a brasileira, ainda dedicava pouca atenção ao tema, os autores mencionados já estudavam as moradias, com seus sobrados e *mucambos*, o mobiliário, a vestimenta e a morte.

Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, nos capítulos *Iguaria de Bugre, Caça e Pesca* e *Botica da Natureza*, chama a atenção para o “gi-bão” – espécie de colete feito com fibras de algodão e gravetos – como uma importante vestimenta que, empregando técnicas dos nativos, serviu oportunamente ao bandeirante contra as flechadas de “tribos inimigas”. Ressalta ainda que, se não fosse o conhecimento indígena acerca dos recursos naturais da floresta, o qual instruíu os portugueses a respeito da alimentação no mundo tropical – como intoxicar os peixes nos rios para facilitar a pesca; substituir a castanha europeia pelos frutos da araucária, a proteína pelas lagartas encontradas nas cascas das árvores, o trigo pela mandioca, a uva pela jabuticaba, a carne de vaca pela do tamanduá... –, muitos deles não teriam sobrevivido em meio tão diverso do europeu.

Uma das primeiras instituições brasileiras a sistematizar e constituir um significativo núcleo de reflexão teórica e metodológica sobre a cultura material foi o Museu Paulista. Sob a direção do professor Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses, foi inaugurada, em 1993, a *Nova Série dos Anais do Museu Paulista*.³ As cinco seções – Debates, Estudos e Pesquisas, Museus, Bibliografia e Documentos – buscavam articular e divulgar artigos, metodologias, fontes primárias e discussões entre especialistas. Depois de quase vinte anos, os *Anais* têm mantido, com algumas pequenas alterações e interrupções, seus objetivos e propostas.

Embora os trabalhos que se realizaram a partir dos anos 1980/90 estejam conectados mais diretamente à perspectiva da história cultural, a contribuição da história social e econômica também se faz presente no cenário nacional. Nesse sentido, a citação de Daniel Roche é oportuna porque sintetiza alguns caminhos e novas trilhas da historiografia francesa e, ao mesmo tempo, tem ressonância direta na produção brasileira:

Em outras palavras, gostaríamos de conservar a contribuição da história econômica e social de (Fernand) Braudel e (Ernest) Labrousse nela integrando o projeto de uma história cultural sensível à maneira como as idéias e as práticas se articulam com o mundo social, sensível também às encruzilhadas que

2 Ver a esse respeito: SOUZA, Laura de Mello e. Aspectos da historiografia da cultura sobre o Brasil colonial. In: FREITAS, Marcos Cezar. (org.) *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. Ver também: BLAJ, Ilana. Sérgio Buarque de Holanda: historiador da cultura material. In: CÂNDIDO, Antônio. *Sérgio Buarque de Holanda e o Brasil*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

3 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação da Nova Série. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, Nova Série, n.1, p.5-7, jan/dez. 1993.

atravessam uma sociedade, à diversidade dos empregos de materiais ou de códigos compartilhados.⁴

Um dos pontos que distinguem a historiografia contemporânea dos estudos tradicionais é o fato de que a cultura material deixa de ser compreendida como um “rol de artefatos” e passa ser analisada em simbiose com a sociedade que a criou, com a economia que a produziu, com o mercado que a distribuiu e com a cultura que permitiu sua existência estética, morfológica e funcional. Enfim, os artefatos são discutidos, no tempo e no espaço, como invenções e criações de grupos sociais nos quais homens e mulheres de diferentes etnias estão inseridos.

Outra questão que caracteriza a abordagem da cultura material na contemporaneidade está relacionada à tipologia das fontes. Além dos artefatos dentro e fora das instituições museais, as fontes escritas (inventários, testamentos, relatos de viagem, notas de compra etc.) e as fontes visuais e tridimensionais (fotografias, pinturas e imagens de objetos) são igualmente utilizadas. Embora a existência concreta do artefato seja importante, o estudo da cultura material pode (e deve) ser realizado também por meio das fontes escritas que os identificam, qualificam, denominam, enumeram e/ou descrevem.

Com a peça “em mãos” é evidente que muitos problemas relacionados à morfologia, à estética ou à “cultura tecnológica” poderiam ser imediatamente solucionados. O objeto autônomo, assim como aqueles pertencentes às coleções – relógios, armas, joias, vestuário... – e analisados isoladamente, acabam por constituir um modelo abstrato de si mesmos; transformam-se em documento descolado de seu ambiente histórico. Por tudo isso, é pertinente que os artefatos sejam apreendidos em “situação” e por meio dos vários “sistemas” de que fazem parte.⁵ Segundo esse propósito, os inventários *post-mortem*⁶ consistem numa fonte modelar. Moradia, vestuário, trabalho, lazer, interior doméstico, religiosidade, produção e circulação, localização, temporalidade, espacialidade, qualificação são estudados em conjunto e dentro do contexto de criação, existência, troca e funcionalidade. Como nos lembra Meneses, esse tipo de documento é muito proveitoso para o historiador da cultura material.

Uma das vantagens que o inventário assegura é fornecer elementos para tratar, não de coisas isoladas, mas de conjuntos – o que os avizinha, na medida do possível, de sistemas, sem os quais um simples rol de artefatos se revelaria

4 ROCHE, Daniel. *História das coisas banais*. Nascimento do consumo. Séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p.17.

5 MENESES, Ulpiano Toledo Bezerra de. Apresentação. In: MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Riqueza e escravidão: vida material e população no século XIX*. Bonfim do Paraopeba, São Paulo: Annablume/FAPESP, 2007, p.14.

6 Para este artigo foi utilizado um banco de dados composto de 761 inventários *post-mortem*. Ver MARTINEZ, Cláudia Eliane Parreiras Marques. *Cinzas do passado: riqueza e cultura material no Vale do Paraopeba/MG: 1840 a 1914*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. (História, Tese de doutorado).

muito limitado, incapaz de produzir as inúmeras inferências que só os sistemas permitem: não apenas as diversas categorias, suas quantidades, mas também a qualidade são atributos que enriquecem as conexões e os subconjuntos que podem ser identificados. Além disso, esses conjuntos de bens arrolados situam-se num ponto de inflexão no circuito da vida social do artefato: aquele em que ele sai de um uso cotidiano e costumeiro para relançar-se em novo ciclo. Daí o caráter de 'estado de coisas', de síntese, de balanço, de avaliação, que caracteriza os inventários *post-mortem*. A adjetivação e os atributos descritivos são extremamente ricos de informações para identificar valores (monetários, pragmáticos e afetivos), hierarquias, preferências, significações.⁷

Diferentemente dos documentos atuais, nesse tipo de fonte cartorária (dos séculos XVI ao XIX), encontra-se descrito tudo, ou melhor, quase tudo, que existia dentro e fora das moradias urbanas, das fazendas e daquelas construções localizadas nos subúrbios das vilas e cidades. Os inventários têm um padrão que se repete ao longo de décadas e, com raras exceções, neles não se menciona o valor monetário de cada objeto, de cada animal e escravo. Além disso, relacionam e descrevem todos os bens com adjetivos e informações qualitativas e quantitativas: "uma mesa velha e pequena, duas xícaras inglesas de asa quebrada, um oratório com seis imagens, duas estampas, duas coroas e dois resplendores de prata". Por vezes, trazem, ainda, a localização dos objetos no interior da moradia, o que permite conhecer mais sobre a divisão interna das casas. Sabe-se, por exemplo, que em 1866, na vila de Bonfim, na casa de dona Josefa Evangelista da Conceição, localizada na rua das Flores, existia "um oratório na sala e um relógio velho na parede".⁸ Também é possível ter conhecimento da posição exata das casas, descritas com a localização das ruas, nomes dos vizinhos, ou, ainda, com outras referências espaciais, por exemplo: "no Largo da Matriz", "em frente à porta da igreja", "casa pequena do lado de cima do chafariz com quintal".⁹

O trabalho que se apresenta aqui, portanto, baseia-se e situa-se no diálogo historiográfico e metodológico que se prolonga há mais de vinte anos no Brasil.¹⁰ Busca-se definir os fundamentos dessa discussão em um estudo específico, associando a cultura material e a riqueza¹¹ de um determinado espaço geográfico – o Vale do Paraopeba/MG – no transcurso de sete décadas (1840 a 1914). Reconhece-se que, mais do que um campo epistemologicamente legitimado, essa associação constitui uma

7 MENESES, Ulpiano. Apresentação, p.15.

8 Bonfim. Arquivo Municipal de Bonfim/MG. (AMB/MG). CSO, 20(12), 1866.

9 AMB/MG. CSO, 65(10), 1893; CSO 19(06), 1895; CSO 65(07), 1890.

10 Para uma discussão conceitual e metodológica aprofundada sobre essas questões, ver: MARTINEZ, Cláudia. *Cinzas do passado*, p.57-64.

11 A palavra "riqueza" refere-se ao patrimônio acumulado pelas famílias inventariadas ao longo de suas vidas. A soma da riqueza, ou seja, todos os bens, objetos, animais e escravos recebe na documentação cartorária a denominação de "monte-mor". Ao longo do artigo, essas várias nomenclaturas serão utilizadas como sinônimos.

“estratégia” para compreender o fato de que, mesmo diante do inevitável fim da escravidão, as famílias escravistas não buscaram novas alternativas econômicas. Elas não reinvestiram seus recursos nem diversificaram as suas atividades. Não deixaram, porém, de sofrer o impacto das profundas transformações do final do século XIX. E essas mudanças se refletiram em modificações de padrões de riqueza e moradia, na utilização de utensílios profissionais diferenciados e demais artefatos do interior doméstico. Teriam sido tais mudanças sinais de retrocesso ou estagnação? Ou conformariam alternativas possíveis de adequação?

Nesse sentido, os inventários são indispensáveis para compor um quadro – social, cultural e econômico – que dificilmente é encontrado em outros documentos históricos. Por esse motivo, é importante salientar que a análise minuciosa das inúmeras informações contidas nas fontes cartorárias foi o fator decisivo na construção do principal pressuposto deste artigo – isto é, que o fim da escravidão alterou não só as relações econômicas, mas modificou profundamente o vínculo que a sociedade tinha com os seus objetos, bens e equipamentos do mundo doméstico e do trabalho. Várias questões relacionadas à posse de escravos, à valorização das terras, ao fracionamento das propriedades e à dispersão das grandes fortunas, depois de 1888, só foram passíveis de observação a partir desse conjunto de dados. O “desaparecimento”, a admissão, ou mesmo a substituição de alguns objetos no dia a dia dos habitantes, bem como as alterações nos espaços interno e externo das moradias dos diferentes grupos sociais, constituem alguns exemplos percebidos nas fontes aqui estudadas. E é a história das transformações desse mundo material fortemente vinculado ao sistema escravista que se pretende abordar nas análises que se seguem.

A riqueza e a cultura material em um mundo sustentado pela escravidão

O Vale do Paraopeba/MG, margeado por uma miríade de rios e riachos, contornado por montanhas e serras que outrora forneceram ouro para a Coroa Portuguesa, constitui, neste artigo, o cenário principal. Surgidas na região Mineradora Central Oeste,¹² a sociedade e a economia dessa circunscrição geográfica não se caracterizaram apenas pelo fausto do ouro.¹³

12 Para uma abordagem das várias regiões do século XIX mineiro e sua caracterização socioeconômica, ver principalmente: PAIVA, Clotilde Andrade. *População e economia nas Minas Gerais do século XIX*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1996. (História, Tese de doutorado). Nessa tese pode-se encontrar uma consistente análise historiográfica, que enfatiza os estudos mineiros a partir da década de 1980.

13 Uma série de atividades e ocupações ligadas ou não à atividade aurífera matizou a realidade mineira dos séculos XVIII e XIX. Destaca-se também que a maioria da população era constituída de escravos, “homens livres e pobres”, artesãos, pequenos agricultores e comerciantes. Ver, principalmente: MENESES, José Newton Coelho. *O continente rústico*. Abastecimento alimentar nas Minas Gerais setecentistas. Diamantina: Maria Fumaça, 2000. LINHARES, Maria Yedda Leite. *História do abastecimento: uma problemática em questão (1530-1918)*. Brasília: Binagri, 1979.

Plantações de milho, feijão, mandioca (considerada o “pão cotidiano”) e outros alimentos cresceram nas terras férteis das fazendas e sítios. Da mesma maneira, a criação de animais, o comércio, a circulação e a troca de mercadorias foram a tônica das vilas e cidades no Oitocentos mineiro. Ainda hoje é possível percorrer o Vale e se deparar com pequenas cidades que, a despeito das dificuldades e dos entraves políticos, conseguiram preservar parte do seu centro “histórico”. Afora as muitas e majestosas cachoeiras, o visitante também pode descobrir fazendas centenárias, como a Boa Esperança, localizada no município de Belo Vale, ou a Palestina, nos limites da cidade de Bonfim. Apesar de poucos, esses exemplares constituem importantes referenciais, que permitem ao pesquisador recompor e acompanhar as transformações ocorridas na região, seja em função do tempo, seja pelas mudanças de estilos, padrões estéticos e arquitetônicos.

Do mesmo modo, os artefatos dispostos nos museus¹⁴ – mesmo que de forma aleatória e pouco sistemática – e aqueles localizados por meio das imagens fotográficas (dos séculos XIX e XX)¹⁵ possibilitam elaborar um esboço da vida social e cultural da sociedade brasileira do passado, em especial da mineira. No entanto, os inventários oferecem, conforme nos lembra Meneses, “uma inflexão no circuito da vida social do artefato”, lançando-se em outro ciclo, qual seja: o momento em que a vida de um dos cônjuges se esvai e a família precisa fazer o balanço material de toda uma existência.

Por meio das fontes cartorárias, pôde-se perceber como a cultura material das sociedades do passado configurava-se de forma vagarosa, permeada por detalhes, quase imperceptíveis aos olhos contemporâneos. Por isso, a tarefa que se impõe ao historiador é a mesma de um arqueólogo: trabalha-se com minúcias, às vezes os únicos vestígios que sobreviveram ao tempo e ao homem. Dessa forma, foi necessário adentrar figurativamente nas casas e fazendas, vasculhar quartos, salas, visitar hortas e pomares, para entender o que as pessoas vestiam, como se trajavam, se alimentavam e, principalmente, quais eram seus artefatos e como elas se relacionavam com os objetos da casa e do trabalho. Consequentemente, algumas questões se impuseram.

O que significava ter alguns objetos, como pianos, malas de viagem, livros ou “uma máquina de fazer água gasosa”, em 1877? Ou ser proprietário de “uma posse de pescaria no rio Paraopeba”, em 1882. Até que ponto ser dono de uma grande escravaria associava-se aos artefatos luxuosos

14 Ver, especialmente, o Museu do Escravo, localizado no município de Belo Vale. Conferir o texto de Leticia Julião, para uma caracterização da referida instituição. http://www.dejore.com.br/museudoescravo/m_historia.htm - Site acessado em 31/05/2006.

15 O Arquivo Municipal de Bonfim possui um acervo imagético referente aos séculos XIX e XX. Trata-se, em geral, de fotografias referentes às festas religiosas, eventos políticos etc., além de outras relacionadas ao cotidiano, a ruas, praças e pessoas da localidade.

e sofisticados? Ao longo dos quase oito decênios analisados, foi possível perceber mudanças e permanências nos modos de vida, atitudes, gestos e hábitos? É pertinente pensar que novos padrões sociais e culturais estavam consolidando-se no final do século XIX? Se a resposta for afirmativa, quais padrões se configuraram diante dos diferentes estratos sociais? E de que forma? A realidade socioeconômica daquela região estava em conformidade com o que acontecia em outras partes do território brasileiro, antes e depois do fim da escravidão?

Ante tantas interrogações, a análise se iniciou por aquelas questões que dizem respeito aos padrões estéticos, classificatórios e axiológicos. Qual era a fronteira entre um objeto tido como *novo* e outro avaliado e descrito como *antigo* pelos “louvados”?¹⁶ Qual o real significado, ou melhor, como algumas palavras e expressões – que aparecem frequentemente – eram compreendidas e absorvidas no cotidiano daquela população? Por exemplo: o “engenho velho”, a “cama ordinária”, a “xícara inglesa de asa quebrada”, o “moinho muito esbangalhado”, a “caixa em bom uso feita cá”, a “cama aparelhada”, o “lenço adamascado”, as “cantoneiras de mármore” etc.?

Para responder a essas e outras tantas perguntas, foi necessário adentrar a moradia do capitão Manoel José Parreiras. Ali, parece que o “novo” convivia harmoniosamente com o seu oposto, pois encontramos na sala de jantar uma “mesa modelo antigo”.¹⁷ O que significava ter uma peça “modelo antigo” em 1856, quando as mudanças socioculturais no interior do Brasil ainda ocorriam de forma lenta e gradual? Será que as pessoas estavam atentas às alterações de estilo do mobiliário? Seria a “mesa modelo antigo” um objeto do século XVIII legado à família? Vasculhando a intimidade dessa residência e de outras propriedades igualmente discriminadas no Banco de Dados, algumas considerações a esse respeito puderam ser feitas.

A herança da família do capitão Parreiras foi calculada em quase vinte contos de réis, definindo-o como um membro legítimo do estrato mais privilegiado da sociedade paraopebana, ou seja, pertencente ao Grupo A, cujos espólios atingiam uma soma maior que dez contos de réis.¹⁸ Era proprietário de três grandes fazendas – a do *Engenho*, a da *Cachoeira dos Amorins* (hoje coberta pelas águas da represa do Rio Manso) e a do *Zagaia*. A casa na vila do Bonfim foi estimada pelos louvados em quase meio conto de réis, valor considerável, uma vez que não era a sua habitação principal e servia apenas para as eventuais visitas de fins de semana, nos quais

16 Os “louvados” eram pessoas da própria comunidade nomeadas pelo Juiz para avaliar os bens encontrados nos inventários. Geralmente se nomeavam três indivíduos para a realização desse trabalho.

17 AMB/MG. CSO 02(77), 1856.

18 Foram definidos três grupos socioeconômicos segundo o valor do monte-mor, ou seja, a riqueza total. Para melhor efeito de comparação, os dados foram calculados em réis e libras esterlinas. Em réis: Grupo A: acima de 10\$000.000; Grupo B: 5\$000.001 a 10\$000.000; Grupo C: até 5\$000.000. Em libras esterlinas: Grupo A: acima de 1.000; Grupo B: de 501 a 1.000; Grupo C: até 500. MARTINEZ, Cláudia. *Cinzas do Passado*, cap. 3.

sua família provavelmente a utilizava ao frequentar as festas religiosas e políticas que ali ocorriam.

A história descortinada por esse inventário ratifica o modo de viver dos grandes proprietários de terras e de escravos do Vale do Paraopeba, no momento imediatamente posterior ao final do tráfico de cativos. A fazenda do Engenho, de aproximadamente 170 alqueires, constituía sua principal moradia. O “massame”, ou seja, todo o complexo da fazenda

(...) continha casa de sobrado, casa de despejo do lado de cima, paiol, engenho de moer cana com toda a sua cana, uma senzala perto da casa, moinho, tudo coberto de telha e pasto, avaliado pelos louvados em dois contos de réis.¹⁹

A propriedade possuía também um grande pomar com jabuticabeiras, horta de verduras e animais (doze bois gordos, quatro cavalos e quinze suínos). Com o trabalho realizado por seus onze escravos, podia-se plantar quase tudo, incluindo vários alqueires de feijão, mandioca, arroz, milho, algodão, mamona, café e cana-de-açúcar. Na “casa de despejo do lado de cima da fazenda assobradada”, deviam-se guardar as ferramentas encontradas, como enxadas, foices, martelos, enxós e alavancas. A “tenda de ferreiro com todos os seus pertences, os dois moinhos movidos a água, o engenho de cana movido por bois e três carros de bois em bom uso” não ficava longe da sede.²⁰

O casamento do capitão José Manuel Parreiras com dona Maria Feliciano de Jesus rendeu uma prole numerosa: oito homens e quatro mulheres, todas possuidoras de dotes. Os objetos e artefatos identificados no domicílio do casal demonstram que os membros da família viviam confortavelmente, em comparação com os padrões da época e com os de seus pares menos afortunados, o Grupo B (5:000\$001 a 10:000\$000) e o Grupo C (“montemor” de até 5\$000.000).²¹ A “espreguiçadeira, as doze cadeiras de palhinha, o armário com gavetas, os dois armários em bom uso com fechadura, as cinco caixas e caixotes em bom uso e duas frisqueiras, um banco na varanda com seis pés, uma cama aparelhada bem usada com colcha de chita” fazem parte de uma mobília pouco comum, que pertencia somente aos mais remediados. Entre as peças arroladas notam-se “um vestido roxo, uma sobrecasaca, uma camisa de algodão fino e um chapéu amazona”. O “espelho com caixa, bem delicado com repartimentos” chama atenção e possivelmente devia ficar sobre a “cômoda”. Talvez no quarto do casal?

19 AMB/MG. CSO 02(77), 1856.

20 AMB/MG. CSO 02(77), 1856. As outras duas fazendas – da Cachoeira dos Amoris e do Zagaia – possuíam 160 e 50 alqueires, respectivamente, e eram destinadas à produção de milho e cana.

21 O inventário mais pobre localizado no período pré-1888 registrava apenas “uma parte em uma morada de casas sitas na rua Direita desta cidade que fora do capitão Francisco Pereira da Silva com plantações de café e benfeitorias feitas pelo finado inventariado avaliada pelos louvados em 42\$160 réis”. AMB/MG. CSO, 31(08), 1865.

Roupas de uso pessoal e outras tantas destinadas à casa também devem ter existido, uma vez que, entre os objetos do casal, foram listados “uma roda de fiar algodão em bom estado e um tear com todos os seus pertences”. Dos artefatos arrolados nesse inventário ressaltam-se, ainda, joias e adornos pessoais, como “um par de bichas com pedra roxa, duas memórias, um argolão e um rosário”, tudo em ouro e prata. Diante de tanta sofisticação para os padrões locais, é possível que estivessem atentos ao que era “antigo”, diferenciando-o assim de um mobiliário mais atual: “o catre novo liso forrado de taboas, ou a espreguiçadeira nova”, por exemplo. É também plausível que soubessem, sim, distinguir sua “mesa modelo antigo”, quem sabe em estilo Georgiano de Chippendale,²² de outros “modelos” em voga naquele momento, como o Vitoriano, feito de jacarandá com acabamento escuro, entalhes e decorações em mármore.

O álbum de família, conservado ainda hoje, inclui vinte e cinco fotografias e traz uma série de retratos, tanto de casais como de indivíduos – homens e mulheres “fazendo pose”. A foto de um dos casais traz no verso um carimbo com as seguintes informações: “Photographia Allemaa de Guilherme”. Outra contém os seguintes dizeres: “Carneiro & Gaspar. 54 rua de Gonçalves Dias – Rio de Janeiro; 58; rua da Imperatriz – São Paulo; Casa em Paris – rua de Rivoli, 79”. As demais foram produzidas pela “Photographia e Pintura de Manoel Garcia”, localizada na rua Sete de Setembro, esquina com rua Gonçalves Dias, também no Rio de Janeiro.²³

É provável que a família tivesse ido à capital do Império para visitar algum parente ou fechar algum negócio. Não se sabe ao certo. O que se pode inferir é que nessas viagens aproveitavam a ocasião para frequentar os “ateliês” da capital, comprar as roupas sofisticadas na rua do Ouvidor; os “lenços adamascados, as bocetas de luxo, o capote velho da macedônia” e diversos objetos importados e diferenciados mencionados pelas fontes cartorárias. Vários outros documentos – como notas de compra anexadas aos inventários dos tropeiros e negociantes das cidades do Vale – atestam a estreita relação cultural, comercial e econômica que a região possuía com a Corte do Rio de Janeiro, no decorrer do século XIX escravista.

Até o momento, os vários dados encontrados em diferentes fontes vêm configurando padrões diferenciados, que caracterizam os três setores sociais mencionados. No entanto, se o modelo explica a regra de conduta e hábitos mais comuns, a exceção também ajuda a compreender como era a sociedade de então. O inventário do advogado e abolicionista Manoel

22 Georgiano de Chippendale foi um estilo predominante no final do século XVIII em que se usava comumente o mogno. O mobiliário pertencente a esse estilo possui entalhes ornamentados, delicados e ousados, além de agregar muitos temas, como o rococó inglês, chinês, grego clássico; no caso das cadeiras, o encosto é bem trabalhado.

23 Acervo Particular. Ver algumas das fotografias reproduzidas no livro: MARTINEZ, Cláudia. *Riqueza e escravidão*, p.129.

Bernardes da Cunha Cação constitui um exemplo. Sem possuir um escravo sequer, em 1877, e com um “monte-mor” avaliado em pouco mais de sete contos de réis (7:220\$418) – o que o classificaria como um membro do grupo intermediário da sociedade –, o rol de seus bens consiste num dos casos mais apropriados para investigar o que significava ter uma vida sofisticada (poder-se-ia dizer “luxuosa”?) no interior de Minas Gerais, no século XIX.

A excepcionalidade da vida de Cação foi contemplada em outro trabalho, mas vale a pena retomar aqui alguns detalhes significativos.²⁴ Dos quase cem exemplares de sua rica e extensa biblioteca, títulos como *Novo Advogado do Povo*, *Acadêmicas por Mente Negra*, *Tratado do Espírito Humano* e *História dos Gerundinos* condizem não só com sua profissão, mas com um modo de viver “elegante”, se comparado com o de seus vizinhos. E ainda distinto, pois não apenas não possuía escravos, como ao longo de sua carreira intercedeu pela vida de vários deles condenados à forca. Em um dos casos que se envolveu, conseguiu, por intermédio da Princesa Isabel, a comutação da pena de morte do escravo Rufino – que assassinara o filho do seu dono junto à porteira da fazenda, por ciúmes de uma “mulatinha” – para galés perpétuas, em 1875.²⁵

Sua existência por si só é relevante e rende boas discussões sobre a escravidão e a política imperial, mas neste momento interessa saber como ele vivia com sua família, na década de 1870. A casa na rua das Flores era “envidraçada com seu competente quintal, cercado de muro de barro” e foi avaliada em quase dois contos de réis (1:800\$000). Esse valor só é comparado ao das às grandes fazendas. O piano, a flauta, o flautim, “a máquina de água gasosa com defeito”, as “duas máquinas de bater ovos”, o “tapete aveludado”, provavelmente foram adquiridos nas várias viagens que fez à Corte e outras localidades. Por isso, chama atenção, em meio a seus pertences, a “mala de viagem”, devidamente arrolada entre muitos outros objetos de uso pessoal.

A relação estabelecida entre escravos e dimensão material não se aplica ao caso de Manoel Bernardes da Cunha Cação. O exemplo simboliza, entretanto, as transformações e a possibilidade de um universo material complexo desvinculado da posse de cativos. As várias atividades desenvolvidas – principalmente como advogado e procurador – possibilitaram-lhe estabelecer um padrão de vida semelhante ao dos médios e grandes escravistas. Por outro lado, sendo o único caso encontrado, essa excepcionalidade não invalida a relação diretamente proporcional estabelecida aqui entre escravos, riqueza e sofisticação.

A cultura material do capitão Parreiras, fortemente vinculada à posse de cativos, e a vida singular do “antiescravista” Manoel Bernardes indicam

24 MARTINEZ, Cláudia. *Riqueza e escravidão*, p.148-151.

25 AMB/MG. Processo Crime, CSO 29 (565).

o quanto era plural a sociedade em estudo. E, como se pode também imaginar, nem só de fausto viviam os mineiros, e toda a opulência vista até aqui contrasta com a vida simples que dona Antônia Maria Bonifácia, casada com Caetano Gomes Monteiro, levava em 1846.

O patrimônio acumulado durante toda uma vida pelo casal não chegou a um conto de réis (1:000\$000). A “morada de casa de vivenda sitas nesta vila (de Bonfim), na rua de Baixo, com seu quintal” compunha quase todo o espólio e foi avaliada em 650\$000 réis. Pelo que indica o valor total de seu “monte-mor”, não tinham muitos outros bens relevantes, a não ser dois escravos: Anna Rebollo, de 50 anos (cujo valor era 20\$000 réis), e Manoel Pardo, de 37 anos (avaliado em 30\$000 réis). O mobiliário consistia em “duas caixas (uma sem fechadura, outra sem guarnições), um caixão grande com dois repartimentos para guardar mantimentos, uma mesa pequena com gaveta e um preguiceiro velho”. Possuíam ainda “um catre antigo muito antigo”, no valor irrisório de 640 réis – equivalente a uma “enxada quebrada”. Provavelmente Seu Caetano vivia de seus serviços de carpintaria e “ferraria”, auxiliado pelo escravo Manoel, pois entre seus utensílios foram encontradas “serras, formões, enxós, martelos, puxavantes, bigorna, formão goiva, alavancas”, além de “seis taboas de madeira”.

A roda de fiar algodão devia ser utilizada tanto por dona Antônia quanto pela escrava Anna, para a confecção de lençóis, toalhas e de toda a vestimenta do dia a dia. Dificilmente se encontram catalogados nos inventários (tanto de ricos quanto de pobres) as roupas de algodão, assim como as colheres de pau e os vasilhames de barro/argila. Isso se deve ao pouco valor monetário que possuíam, pois, em geral, eram feitos na própria comunidade – ao contrário da “xícara inglesa de asa quebrada”, da “bigorna velha quebrada com peso de duas arrobas” e do “candeeiro velho de latão”. Nesses casos, e em inúmeros outros, o tipo de material (ferro, latão, prata, ouro, madeira ou pedra) e a procedência (Inglaterra, Macedônia, Rio de Janeiro, entre outros locais) definiam sua importância na sociedade e na economia local.

O fato de os objetos estarem “quebrados”, “velhos”, “esbangalhados” – termos e palavras verificados na própria documentação –, embora depreciasse sua avaliação, não invalidava o uso continuado das peças ou até mesmo sua troca ou venda. Daniel Roche salienta o quanto era importante reaproveitar e reutilizar o vestuário e os objetos nas sociedades dos séculos passados. É provável que o “catre antigo muito antigo” de dona Antônia Maria Bonifácia tivesse sido herdado, mas certamente, pelo seu pouco valor (640 réis), não tinha a mesma sofisticação, conservação e acabamento da *mesa modelo antigo* do capitão Manuel José Parreiras, avaliada em 25\$000 réis.

Do mesmo modo, escravos descritos como “inválidos”, “os rendidos de uma virilha”, “os já de pouco trabalho”, “os quebrados pela idade”, “os

aleijados de mão ou braço” ainda assim eram mencionados com seus respectivos valores. Emerenciana, de idade desconhecida, foi descrita como “afetada de ataque estérico [sic]”; no entanto, foi avaliada, em 1879, em 300\$000 réis. Preço nada desprezível, pois com essa quantia podia adquirir-se uma casa na cidade ou alguns alqueires de “terra de cultura”. O estado (temporário talvez?) de “ataque estérico [sic]” ou, ainda, a perda definitiva de um braço ou de uma mão não anulavam completamente a “peça”, do mesmo modo que ocorria com os objetos “velhos, quebrados, ordinários e esbangalhados”. Tais procedimentos e códigos na apreciação dos artefatos e, também, dos homens e mulheres cativos dizem muito dessa sociedade, pois extrapolam seu valor venal e implicam considerar sua associação com outros elementos, situações e sistemas.

Nota-se, por outro lado, que não só a escravaria e produtos importados eram apreciados na praça e no comércio. Em 1844, o sr. José Guedes possuía, entre seus vários utensílios, “uma bigorna e todas as ferramentas de furar, uma balança de pesar remédio com marco, um rolo de ralar mandioca”. Entretanto, o que chamou atenção foi a “roda de fazer panelas”, com quase duas centenas desse utensílio doméstico. A quantidade encontrada no conjunto – 192 panelas – sugere que a peça estava pronta para ser vendida no comércio da cidade e região. Talvez o negócio não fosse tão lucrativo para Guedes, daí a necessidade de agregar outras atividades, como a “ferraria” e o cultivo de sua propriedade de 60 alqueires. Na abertura do seu inventário, constava uma colheita de “quinhentos pés de café, meio alqueire de mamona e três alqueires de feijão com bicho”, tarefas realizadas com o auxílio de seus três escravos. Infelizmente não foi possível identificar com qual material – pedra, argila ou pedra – as tais panelas foram confeccionadas. Uma coisa é certa: pela quantidade, sua produção era destinada ao mercado.

Tanto o paneleiro José Guedes quanto a família de Antônia Bonifácia foram classificados como os membros menos abastados dos inventariados – o Grupo C. Ainda assim, possuíam um pequeno plantel de cativos, como se pode depreender das análises realizadas.²⁶ Duas outras questões atraem atenção. Mais uma vez, o significado de ter ou não escravos na sociedade da época se impõe. O que essa realidade tem de particular e, em segundo lugar, até que ponto é comparável à de outras partes do Império do Brasil?

O estudo de cunho regional tem suas vantagens na medida em que permite aprofundar e conhecer em detalhes a realidade estudada. Mas enriquece na medida em que permite tecer comparações e estabelecer

26 Apesar de os inventários não contemplarem toda a sociedade, ainda assim representam uma significativa parcela dela. Em trabalho anterior, chegou-se à conclusão de que nas regiões voltadas para o abastecimento interno e, portanto, de caráter predominantemente rural, como o Vale do Paraopeba, a proporção inventário/população provavelmente era mais expressiva do que aquela encontrada em Salvador e outros centros urbanos. Ver: MARTINEZ, Cláudia. *Cinzas do passado*, p.119-126.

analogias.²⁷ Apesar das singularidades do Vale do Paraopeba, como a composição de suas terras férteis e a relativa proximidade com a Corte do Rio de Janeiro, a localidade em exame reflete o que poderia estar acontecendo em outras partes do Império, a saber: em regiões também voltadas para o abastecimento interno e nas quais a presença do trabalho compulsório foi fundamental para definir tanto a composição dos grupos mais privilegiados quanto a dos setores intermediários e a dos menos afortunados.

Histórias de “grandes” fazendeiros produtores de alimentos, como é o caso de Manuel José Parreiras, ou de pequenos sitiantes, agricultores, plantadores de milho, criadores de porcos, paneleiros, tropeiros e negociantes, sinalizam o quanto a sociedade em questão era pluralizada, mas dependente, em última instância, da mão-de-obra cativa. Dos 452 inventários analisados (entre 1840 e 1888) percebe-se que 45% deles eram proprietários de pequenos plantéis (um a três escravos), o que abarcava, no entanto, apenas 12% do total de indivíduos escravizados. Ao contrário, os grandes e “excepcionais” proprietários chegaram a compor juntos 21% dos casos analisados; compreendiam, todavia, quase 60% do total de escravos existentes no período analisado, conforme indicado pelas **Tabelas 1 e 2**.

Tabela 1
Tamanho do plantel de escravos por inventário, Vale do Paraopeba, 1840/88

Plantel	Inventários	%
Pequeno (1 a 3 escravos)	156	45
Médio (4 a 10 escravos)	121	35
Grande (11 a 35 escravos)	67	19
Excepcional (+ de 36 escravos)	6	2
Total	350	100

Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1840/88

Tabela 2
% de escravos por tamanho do plantel nos inventários, Vale do Paraopeba, 1840/88

Plantel	Inventários	%
Pequeno (1 a 3 escravos)	290	12
Médio (4 a 10 escravos)	757	30
Grande (11 a 35 escravos)	1.179	47
Excepcional (+ de 36 escravos)	271	11
Total	2.497	100

Fonte: AMB/MG, Inventários *post-mortem*, 1840/88

²⁷ Para efeito de análises comparativas que permitem deflacionar os valores dos bens e objetos listados em inventários, no decorrer do período, ver a compatibilização entre réis e libras esterlinas. MARTINEZ, Cláudia. *Cinzas do passado*, p.126-133.

Destaca-se que o Grupo C – em geral formado por detentores de pequenos plantéis – era numericamente representativo e, nos anos 1880/88, chegou a compor 57% dos casos analisados, como demonstra o **Gráfico 1**. Analisando o total da riqueza (entre 1840 e 1914), depara-se com uma situação extraordinária. Em 1840/49, a média do “monte-mor” era de 6.765\$390 contos de réis; nos dois últimos decênios (1870/79; 1880/88), chegou a atingir, respectivamente, 9:339\$593 e 8.640\$986 contos de réis. As médias foram declinando e a situação limite pode ser observada no começo da década de 1910, quando a riqueza atingiu pouco mais de três contos (3:041\$404). A queda vertiginosa – dois terços – das fortunas, em meio às diversas transformações, como a transferência da capital mineira (1897), a transição do regime político (1889) e o fim do trabalho compulsório (1888), é muito significativa.

O dinamismo econômico do Vale, no transcorrer do século XIX escravista, reflete-se na complexa e rica cultura material identificada nas fontes cartorárias. Os documentos também atestam as diversas transações comerciais realizadas pelos negociantes e tropeiros corroborando para a intensa circulação de bens, objetos e mercadorias dentro e fora da província.²⁸

Dentro da estrutura econômica erigida ao longo do século XIX, uma intrincada trama de atividades convergia para a produção de alimentos e sua distribuição dentro e fora do espaço provincial. Nos alambiques de cobre, produzia-se a aguardente; no “engenho de moer cana de cilindro de ferro movido por bois e todos os seus pertences”, a rapadura. Na “cozinha para fazer queijo” de dona Tereza Francisca Gomes,²⁹ certamente os dois escravos – Florinda, de 40 anos, e José, de 37 –, que ela “alugava por ano”, faziam os queijos, além de, em outras partes da propriedade, cuidarem da roça de milho, do “galinheiro coberto de telhas, do monjolo, dos dois moinhos um grande e outro pequeno, da casa de tear tão bem coberta de telhas, da parte do engenho que tinha com seu vizinho e do chiqueiro coberto de telhas com um cocho”.³⁰

Não muito longe dali, na Vila de Rio Manso, mais especificamente na casa do viúvo Joaquim Cassiano da Silva, em 1853, encontramos “uma tenda de ferreiro que se compõe de uma bigorna, um fole, dois malhos, um martelo, duas tenazes direita e torta, um ponteiro, duas craveiras quebradas e um forno grande”. Eram nessas tendas de ferreiro – encontradas às dezenas nos inventários do período imperial escravista – que se produziam as centenas de enxadas, foices, machados e peças empregadas na

28 Tal fato chamou atenção, até mesmo, dos viajantes estrangeiros que percorriam a região na primeira metade do século XIX. O francês August Saint-Hilaire foi o naturalista que mais tempo permaneceu em Minas Gerais. Em seu diário, demonstrava sua admiração com as centenas de mulas e burros carregados de mercadorias – escravos inclusive – que encontrava nas estradas que ligavam comercialmente a praça carioca ao interior de Minas Gerais e vice-versa. Ver: SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagens pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

29 AMB/MG. CSO, 41(07), 1871.

30 AMB/MG. CSO, 41(07), 1871.

construção dos carros de bois, afora os pregos e taxas que se usavam na fabricação de caixões, caixas e caixotes. Constava, no momento da abertura do inventário do sr. Joaquim, apenas o escravo José de nação congo, de 20 anos de idade. A propriedade é descrita da seguinte forma:

(...) o maçame desta fazenda do Areão que consta de uma morada de casas térreas com varanda da frente assobradada, coberta de telhas, paiol, também coberto de telhas, senzalas, curral cercado de braúna, uma coberta de telhas e quintal com arvoredos de espinho vista e avaliada em um conto e trezentos mil réis (1:300\$000).³¹

Em algum momento de sua vida é possível que esse proprietário tivesse possuído mais bens e escravos. Seu inventário não explica o que ocorreu, mas talvez alguma adversidade ou mesmo a divisão do espólio, no momento da sua viuvez, tenha ocasionado a fragmentação de seu patrimônio. Conforme já mencionado, a fonte cartorária cristaliza a riqueza e a pobreza dos indivíduos num dado momento. Como num retrato, a imagem congelada do patrimônio, dos objetos da casa e do trabalho diz muito desse universo de homens e mulheres livres e escravizados. Mas o que aconteceu há décadas pode escapar à investigação, caso não seja possível acompanhar os registros da vida dos ancestrais dessas pessoas. Todavia, uma questão é certa: o inventário flagra uma ocasião específica e abre uma janela que permite ao pesquisador espreitar alguns infortúnios da vida material, assim como descobrir fortunas acumuladas.

Em relação a tudo isso, evidencia-se um viés pessoal/familiar que, somado a outras narrativas, acaba por descortinar a realidade dos diferentes segmentos da sociedade, bem como a dinâmica social de um determinado lugar. A história refletida e espelhada nas centenas de inventários analisados aqui – e em trabalhos anteriormente realizados – evidenciou uma complexa rede de produção de alimentos e tecidos que dinamizava a economia e o comércio, permitindo o trânsito intenso de animais de tropa nas estradas que ligavam o sertão ao litoral, o interior à Corte do Rio de Janeiro, durante o século XIX escravista (1840/88).

No entanto, essa imbricada produção e toda a estrutura econômica consolidada durante décadas gradativamente começaram a sofrer profundas transformações, como se poderá ver de mais perto no tópico seguinte.

A (re) organização da riqueza, os novos padrões culturais e materiais no pós-1888

Se as viagens à Corte eram constantes entre os setores mais privilegiados da sociedade em foco, também se deve considerar o contato perma-

31 AMB/MG. CSO, 41(07), 1871.

nente que a região tinha com a antiga capital de Minas Gerais. A crônica de João Paraopeba publicada no *Jornal da Cidade de Bonfim* constitui um relato interessante e vem ao encontro das informações encontradas nos inventários a partir do final do século XIX. Possibilita igualmente identificar vários elementos relacionados à cultura material, à economia e ao(s) modo(s) de vida de seus habitantes. Intitulada *Bonfim que não volta mais...*, expõe a percepção que o autor tinha dos tempos do Império, de como era a antiga e a nova capital dos mineiros. Também revela aspectos de toda uma estrutura social e material que deixou de existir. O fato de ter vivenciado a transição do século XIX para o XX e registrado essa experiência por si já é importante; mas, como o autor era membro da sociedade bonfinense, o texto acabou adquirindo um *status* de testemunho. Por meio dele foi possível retratar vários elementos da materialidade daquele mundo que “não volta mais...”. O excerto retirado é revelador, nesse sentido:

(...) passeávamos muito, íamos a Ouro Preto, naquelle tempo ainda Capital, e como achávamos bonita a cidade de Ouro Preto... Apesar das suas ruas curvas e ladeiras. E' que era a Capital e só por isso bastava para a acharmos bonita. Bello Horizonte ainda era uma promessa, e no antigo Curral d'El-Rey, uma infinidade de homens de todas as raças e costumes, fazia a Cidade Vergel. Fomos lá e vimos como os homens trabalhavam. Como era difficil uma viagem a Ouro Preto ou ao Curral d'El Rey: feita a cavallo, em estradas horríveis, acompanhados de nosso bagageiro, o preto e bom Gregório Bahaino, serviçal como poucos. Bons tempos, que não voltam mais. (...) Bonfim era muito commercial. Só na rua de baixo – chamada rua do Commercio, havia mais de dez casas de negócio, mas casas de facto, sortidas, onde se comprava desde o riscado mais grosso ou lenço de mão, até a seda mais fina e bonita. O commercio era feito por tropas, e os viajantes, quase todos portuguezes, vinham montados em bestas bonitas, com arreatas brilhantes de incrustações de prata. E lá no morro appareciam ellas, poeira subindo, e os guizos da tropa annunciando a chegada. (...) Chegados [os tropeiros e negociantes], ficavam no Chico de Barros [venda], o campeão das aneddotas. Ficavam aqui muitos dias, vendendo de tudo e contando casos de Lisboa e do Porto.³²

Segundo o autor, os tropeiros e negociantes – boa parte deles portugueses – chegavam trazendo as notícias e acontecimentos de Ouro Preto, da Corte, de Lisboa e do Porto. Também anunciavam as notícias da construção da nova Capital, que naquele momento “ainda era uma promessa”. O comércio efervescente, com “casas de facto, sortidas, onde se comprava desde o riscado mais grosso ou lenço de mão, até a seda mais fina e bonita”, não mais fazia parte do cenário descrito por João do Paraopeba no começo do século XX. Igualmente, os negócios e as “catiras”³³ (“quem quisesse podia

32 AMB/MG. Bonfim que não volta mais... *Jornal Cidade de Bonfim*, 11 ago. 1935.

33 Nome popular dado aos pequenos negócios realizados no interior de Minas Gerais e em outras partes do Brasil. Quase sempre se negociava um pedaço de terra, “um porco gordo”, “uma vaca leiteira” ou “um cavalo roliço”.

negociar uns 500 suínos, em meia hora; era só dar uma volta pela cidade”) não constituíam mais assuntos comentados nos armazéns. Conquanto a crônica tenha um viés particular, fruto de uma “memória afetiva” e um tanto melancólica, ela está afinada com a postura encontrada em outros relatos e documentos.

As análises executadas nesta e em pesquisas anteriormente concluídas indicam não apenas o dinamismo do comércio, mas que o trabalho compulsório dominou economicamente o cenário até a década de 1880, o que também influenciou e marcou de maneira decisiva as relações sociais e culturais no Paraopeba. O alto índice de pequenos e médios escravistas citados nos inventários *post-mortem* (45% e 35%) e nas listas nominativas de habitantes (33% e 35%) suscita duas questões: 1) o que representava ser detentor de uma pequena, média ou grande escravaria no Vale?; 2) qual a importância da escravidão na vida econômica e social desses grupos?

O primeiro ponto a ressaltar é a predominância numérica dos pequenos e médios proprietários de escravos. Esses grupos representavam, juntos, 80% dos casos analisados, evidenciando que a maioria da população inventariada e censitária estabelecia com os cativos uma “relação de trabalho do tipo complementar”, de acordo com o que ressaltou Hebe de Castro, em relação à região de Capivary:

(...) o número de membros da família capazes de trabalhar e a possibilidade de contar com um ou dois escravos determinava a importância que o trabalho complementar chegava a assumir na reprodução da existência dos menos afortunados.³⁴

Os inventários de dona Antônia Bonifácia e do paneleiro Guedes, examinados anteriormente, constituem apenas alguns exemplos encontrados, entre tantos outros, desse tipo de relação ao longo de quase todo o século XIX. Por isso, o escravo acabou assumindo um peso tão expressivo na economia dessas famílias até os momentos finais do sistema escravista. Possuir de um a três indivíduos, por exemplo, garantia um trabalho contínuo e permanente nos sítios e chácaras.

A descrição da produção agrícola identificada nos inventários *post-mortem* deixou evidente que, nas pequenas e médias propriedades rurais, plantavam-se diversos gêneros alimentícios, como milho, café, mamona, arroz, feijão e cana. Além disso, foi possível verificar que existiam hortas e pomares próximos às moradias, bem como a criação de pequenos animais. A de suínos parece ter tido grande expressão nesse tipo de propriedade

Eram negócios feitos entre conhecidos, nos quais o maior valor era a fidelidade à palavra empenhada.

34 CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.107. Ver também: CASTRO, Hebe M. Mattos de. Laços de família e direitos no final da escravidão. In: NOVAIS, Fernando. (coord.); ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da Vida Privada no Brasil*. Império: a Corte e a modernidade nacional. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, v.2.

mais modesta. Em muitos inventários de pequenos e médios produtores – em geral, membros dos grupos B e C –, identificaram-se centenas deles, e a quantidade encontrada é forte indício de que não era uma produção voltada apenas para o sustento familiar.

Os grandes e os “excepcionais” escravistas – membros exemplares do Grupo A –, embora representassem 21% dos casos encontrados, concentraram quase 60% dos escravos existentes no período de 1840 a 1888, conforme apontado nas tabelas 1 e 2. Analisando as características de seus plantéis (sexo, idade e ocupações) chamou atenção o fato de que, em vários deles, as escravas tinham não só forte presença numérica, mas também eram descritas como fiandeiras.³⁵

Dez anos antes do fim da escravidão, encontramos o inventário de Damazo José Parreiras, filho do capitão Manuel José Parreiras, mencionado no início deste artigo.³⁶ De um patrimônio calculado em quase trinta contos de réis, nota-se que 41% referiam-se ainda à posse de escravos. Os duzentos alqueires de “terras de cultura” encontrados na fazenda do Engenho, onde se plantava quase tudo (arroz, feijão, café, mamona, cana, milho, mandioca etc.), indicam que era da produção de alimentos que a família tirava seu sustento.

Os dados até agora analisados sugerem que a escravaria era igualmente fundamental à perpetuação e manutenção da produtividade – dos grandes, médios e pequenos escravistas – até bem próximo da extinção do trabalho compulsório. Ao analisar a quantidade de escravos no Vale do Paraopeba, nota-se que a média por propriedade chegou a nove indivíduos durante os anos 1850/59. Na década da Abolição, esses percentuais ficaram em torno de cinco cativos por família inventariada, valor nada desprezível, se comparado com os de outras partes do Império. Em Salvador, por exemplo, Kátia Mattoso encontrou, em relação ao período de 1851/1888, apenas três escravos por inventário.³⁷ Nessa mesma fase, o Vale apresentou sete indivíduos. Quanto à Bahia, nota-se que, enquanto a média de inventários sem escravos ficou em torno de 44% (1840/88), no Vale essa percentagem era de apenas 22%.

O grupo A – detentor dos grandes e “excepcionais” plantéis – sofreu uma expressiva dispersão de sua riqueza com o fim da escravidão no Vale do Paraopeba, como revelam os **Gráficos 1, 2 e 3**, referentes à estrutura da riqueza. As informações apontam que o visível empobrecimento dos membros mais ricos da sociedade paraopebana fez com que eles ingresassem no setor B. Isso quer dizer que perderam posição social ao se transformarem no grupo intermediário da sociedade inventariada.

³⁵ Para mais esclarecimentos acerca da referida questão, ver: MARTINEZ, Cláudia. *Riqueza e escravidão*, p.52-57.

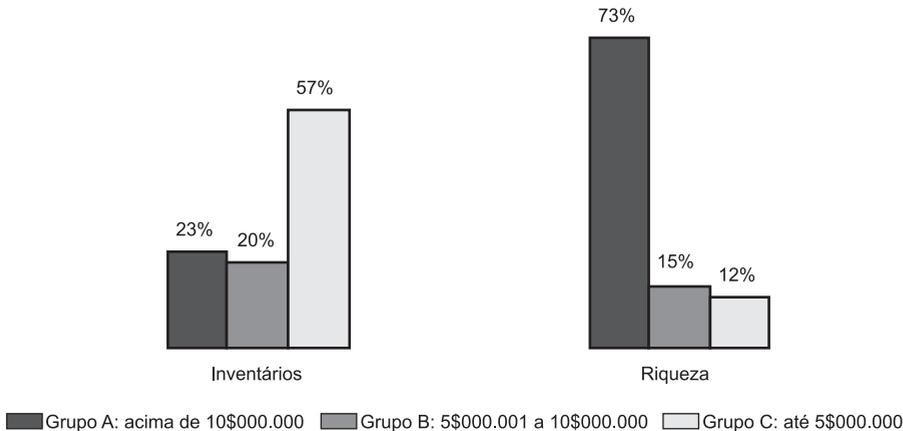
³⁶ AMB/MG, CSO 75(14), 1878.

³⁷ Ver MATTOSO, Kátia M. de Queirós. *Bahia, século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

Outra proposição aventada para explicar a diminuição das grandes fortunas após a Lei Áurea é a migração de parte dos ex-escravos para outras localidades do Brasil, como as zonas cafeeiras de São Paulo e outros centros emergentes, como a própria nova capital mineira, em construção na década de 1890. Na impossibilidade de averiguar essa hipótese, por ausência de fontes confiáveis até o momento, fica registrada essa suposição. Nesse sentido, não é demais lembrar que, se não permitem identificar as possíveis flutuações populacionais, os dados cartorários expõem, por outro lado, o movimento social e econômico que marcou o final do século XIX, tanto em Minas Gerais quanto no cenário nacional.

A política de imigração, já conhecida e estudada por outros autores, não contemplava regiões destinadas ao mercado interno.³⁸ Em razão disso, nas localidades voltadas para esse tipo de produção, a “ordem do dia” foi incentivar e transformar os ex-escravos em trabalhadores livres. No final das contas, foi isso que aconteceu. Mas esse processo de transição não ocorreu sem resistência de ambos os lados. A documentação sinaliza que muitos ex-escravos, num primeiro momento, não se submeteram ao trabalho da lavoura. A condição do trabalho livre que os aguardava diferia muito pouco do sistema anterior. Eram livres “em tese”, mas isso não implicava uma remuneração digna e uma jornada diária condizente com os novos anseios desses homens e mulheres recém-libertos.

Gráfico 1
Distribuição da riqueza/Réis 1880 - 1888



38 LANA, Ana Lúcia Duarte. *A transformação do trabalho: a passagem para o trabalho livre na Zona da Mata mineira: 1870-1920*. 2.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

Gráfico 2

Distribuição da riqueza/Réis 1888 - 1899

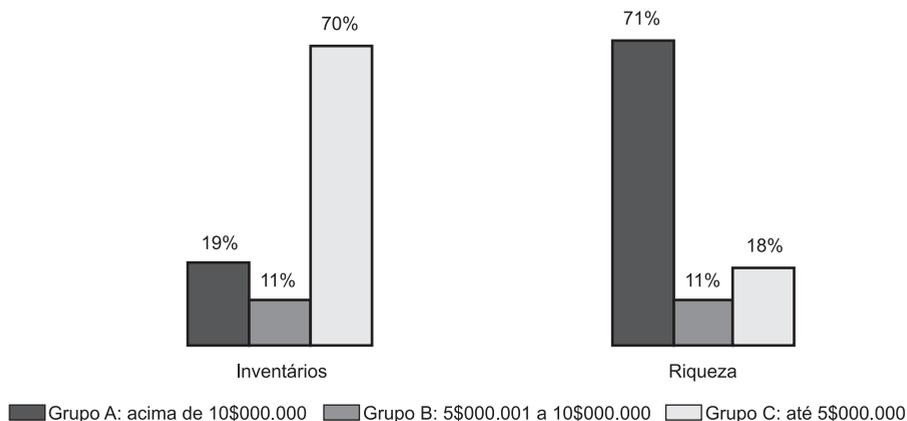
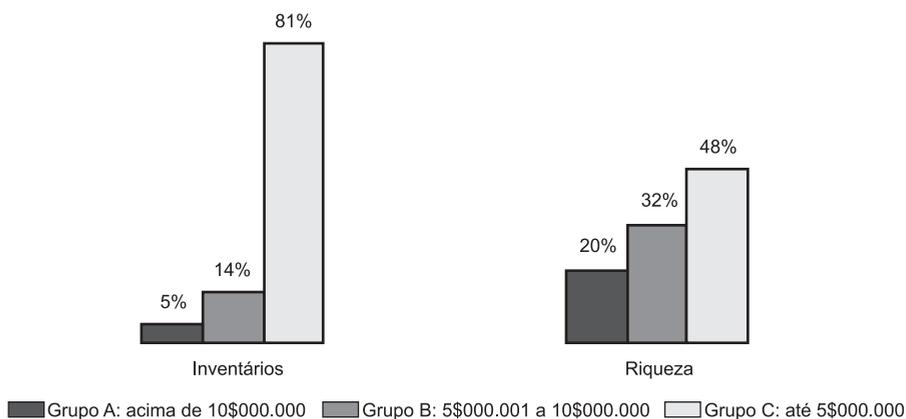


Gráfico 3

Distribuição da riqueza/Réis 1910 - 1914



Por outro lado, os fazendeiros também tiveram dificuldades em reorganizar a mão-de-obra, pelo menos no período imediatamente pós-Abolição. O extrato de um jornal dos anos 1890 expressa bem as contradições impostas pelo fim da escravatura:

(...) era preciso resolver o problema de substituição imediata do trabalho escravo pelo trabalho livre; pois que o antigo ex-escravo, cansado de trabalhar para seu ex-senhor, sentia-se desanimado e preferia o repouso ocioso, embora, à custa das maiores privações à continuação do trabalho remunerado e livre. Em massa, abandonavam os escravos as fazendas e os estabelecimentos agrícolas desorganizaram-se completamente todo trabalho da lavoura. Volveu o Brasil suas

vistas para o estrangeiro e foi buscar na Europa o braço de que precisava para substituir o braço escravo que libertara pela lei, mais memorável de seus annaes.³⁹

Parte do artigo *Comércio, Indústria e Agricultura* deixa transparecer a preocupação com a falta de trabalhadores rurais, a desorganização material em que se encontravam as fazendas e, conseqüentemente, os problemas econômicos provocados pela diminuição da produção dos gêneros alimentícios. Para além do “discurso” oficial da camada mais privilegiada, o declínio da riqueza foi um fato. Ocorrido de forma mais visível entre 1880 e 1910, representou os primeiros indícios da situação discutida no referido periódico. Se em algumas partes do Brasil o problema do trabalho já tinha sido resolvido ou cogitava-se uma solução efetiva para a substituição da mão-de-obra, como a introdução do imigrante, o mesmo não ocorreu com relação às localidades do Vale do Paraopeba.

Se o periódico de 1899 ressaltava a desorganização das fazendas – “pois que o antigo ex-escravo, cansado de trabalhar para seu ex-senhor, sentia-se desanimado e preferia o repouso ocioso, embora, à custa das maiores privações à continuação do trabalho remunerado e livre” –,⁴⁰ os inventários do mesmo período lembram a expressiva queda no patrimônio. Em 1890, José Rufino da Silva pede, após a morte do pai,

(...) a factura de inventário judicial, em cartório, por serem os bens de pouca monta, não só pelo facto da lei de 13 de maio, como pelo usufruto de quarenta anos, e a decadência das propriedades na fazenda que foi de seus avós.⁴¹

Ou ainda, poucos meses antes da decretação da Lei Áurea, João Candido da Fonseca parece preocupado com o destino da sua família. É o que indica a seguinte declaração:

Diz João Candido da Fonseca que se estando proceder a partilha dos bens que ficaram por sorte de sua mulher dona Maria Rosa de Oliveira, vem requer a V.S. para computar-se em sua meação os seguintes bens: a casa de vivenda, o gado, o carrão e os bois, bem como os escravos; isto não só para toucar maior quantia aos órfãos em terras que não são sujeitas a deteriorização, bem como por estar os escravos sujeitos a depreciação, em vista da última lei do elemento servil. Assim espera ser atendido e junta-se aos autos. Bomfim, 18 de outubro de 1887.⁴²

Nota-se, finalmente, que as fazendas das famílias abastadas, a partir do decênio de 1890, possuíam uma constituição física, geográfica e espacial

39 AMB/MG. Comércio, Indústria e Agricultura. *Jornal da Cidade de Bomfim*, 08 out. 1899, p.1. A primeira edição do jornal data de 1898 e se chamava *O Paraopeba*. Seu proprietário era o coronel José Marques da Silveira.

40 AMB/MG. *Jornal da Cidade de Bomfim*, 08 out. 1899.

41 AMB/MG. CPO 11(11), 1890.

42 AMB/MG. CPO 62(21), 1887, p. 18.

diferenciada. A metamorfose da terra, em virtude da divisão entre herdeiros, das múltiplas falências ou do simples esgotamento do solo, instituiu uma realidade vivida por muitos inventariados nesse período.⁴³ Por exemplo, o tamanho médio das propriedades rurais no Vale do Paraopeba, entre 1850 e 1888, gravitou em torno de 91 alqueires; no período 1888/1914, declinou para 57. O inverso se deu com o valor monetário: com 22\$250 réis, podia-se comprar um alqueire de terra, de 1850 a 1888; já no começo do período republicano, o alqueire chegou a custar mais do dobro – 51\$880 réis.

Faces de uma mesma moeda, os relatos encontrados nos diversos documentos analisados reportam-se, concomitantemente, às transformações da riqueza. Perante essas circunstâncias, é possível perceber também alterações significativas na estrutura das moradias urbanas e das fazendas a partir da década de 1890? O interior doméstico permaneceu imutável frente às mudanças sociais? Em que medida, o trabalho livre alterou as paisagens rural e citadina?

As propriedades pós-Abolição eram, em média, menores; mas é também verídico que grandes fazendas não deixaram de existir, embora em menor número e com dimensões bem mais modestas, conforme já apontado. Outro padrão sociocultural lentamente foi organizando-se frente aos novos arranjos econômicos e políticos impostos no final do século XIX, tanto em Minas Gerais, quanto no restante do Brasil.

Vejamos o caso da fazenda da Boa Esperança. Para isso, no entanto, é preciso contar um pouco de sua história.⁴⁴ Construída na segunda metade do século XVIII, para ser a residência do Barão do Paraopeba, Romualdo José Monteiro de Barros, o patrimônio incluía, além da rica propriedade localizada no distrito de Boa Morte, lavras, terras de mineração e escravos em Congonhas do Campo. O corpo principal da casa – com forma retangular e paredes de pau-a-pique rebocadas e caiadas de branco – contrapõe-se harmoniosamente às centenárias sapucaieiras localizadas no pátio da frente da construção. No primeiro plano, encontra-se a varanda central, ladeada à esquerda pela capela – com obras de Francisco Vieira Servas e de João Nepomuceno – e, do lado oposto, pela acomodação de hóspedes. O casarão possui vinte e três cômodos, entre quartos, cozinhas, despensas e salões de visitas, todos revestidos de forro de taquara e janelas com folhas almofadadas.

A associação entre a fazenda da Boa Esperança, tombada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, e o seu inventário (1905), mais de 150 anos depois de sua construção, representa aqui um importante ponto de inflexão.⁴⁵ A distância temporal que separa a construção e o documento permite traçar comparações não só entre

43 MARTINEZ, Cláudia. *Cinzas do passado*, p.201-204.

44 MARTINS, Tarcísio. *Fazenda Boa Esperança*. Belo Vale. Tarcísio Martins. Belo Horizonte: 2007.

45 AMB/MG. CSO, 62(21), Boa Morte, 1905.

diferentes momentos históricos, mas também entre, pelo menos, duas realidades distintas. Contradições que se expressam na mão-de-obra utilizada (escrava e livre), nos novos referenciais de riqueza (escravos *versus* terras) e na introdução de novos elementos materiais, como se pode notar a seguir.

Em 1905, a fazenda da Boa Esperança pertencia ao coronel José Ferreira de Mendonça, casado com dona Luiza Ferreira de Mendonça. O espólio, avaliado em 56:337\$620 contos de réis, constituía a terceira maior fortuna encontrada no período pós-1888.⁴⁶ No começo do século XX, Boa Esperança chegou a possuir 1.015 alqueires de terras e foi avaliada em 32:820\$700 contos. Entre os “20 alqueires de mattos virgens, 50 de pasto de meloso, 305 de campos de criar, 300 de campos de um e outro lado da serra e 340 de terras de cultura”, destacam-se, ainda, as sete casas distribuídas na vila e na área rural.

No entanto, era na Boa Esperança que o coronel Mendonça vivia com sua família. O massame da fazenda compreendia:

(...) casas de vivenda, um correr de casas no terreiro, engenho de cilindro, engenho de serra, moinho, paiol, uma máquina de manteiga, seva de porcos, algumas cobertas de telhas, um grande pomar, três pastos pequenos ao redor da casa avaliados pelos louvados em 6:000\$000 contos de reis.⁴⁷

Relacionada a essa descrição, sabe-se que grande parte da fazenda era “tapada por cerca de arame”, o que contrastava com os arvoredos de espinhos e os muros de pedras dos séculos anteriores. Uma vez que os imóveis passaram a constituir o bem mais valioso da sociedade na época, era natural que fossem introduzidos meios mais eficazes (e, sobretudo, mais práticos) de proteção. Utilizar fios de arame era, agora, sem dúvida, muito mais econômico do que construir centenas de metros de muros de pedra ou barro, atividade antes confiada aos escravos.

O sistema de trabalho estabelecido depois de 1888 exigia adaptações por parte dos proprietários e trabalhadores. Adequações que passavam tanto pelos novos arranjos de mão-de-obra como também por outras formas de organização, sistematização e racionalização das atividades manuais e, posteriormente, industriais. Não é coincidência que, juntamente com as listas de despesas de funerais, contas de armazéns e receitas médicas, comuns nos inventários oitocentistas, comecem a surgir, no período pós-Abolição, gastos efetuados com a contratação dos “camaradas” e demais trabalhadores livres.⁴⁸

46 A maior fortuna encontrada referente ao período pós-1888 foi de 66:480\$713 contos de réis. Ver: AMB/MG, CSO. 89(03), Conquista, 1899. No período pré-Abolição, foi localizado um inventário que registrava 117:664\$428. Ver: AMB/MG CSO 114(02), Bonfim, 1882.

47 AMB/MG. CSO 62(21), Boa Morte, 1905.

48 AMB/MG. CSO, 27(18), Piedade das Gerais, 1893.

A incorporação de diferentes técnicas e atitudes no tocante às ocupações, aos equipamentos e aos utensílios constitui apenas um exemplo da nova relação homem/artefato estabelecida a partir de então. Entre os objetos do interior da Boa Esperança, vários catres, mesas, canapés, cadeiras de palhinha, “sophás”, armários e guarda-louças foram identificados. Equipamentos como o novo debulhador de milho importado da América do Norte, os engenhos de serrar madeira, a máquina de fazer manteiga, o engenho de cilindro, só para citar alguns itens, permitem identificar como homens e mulheres estavam atentos às novas formas de processar os alimentos.

Do mesmo modo, observa-se uma sensível alteração nos padrões socioculturais no interior da moradia. O aparecimento e a difusão dos lavatórios de ferro são algumas das manifestações dessa sutil, mas irreversível, metamorfose, que envolve novas maneiras e posturas em relação ao corpo e à higiene dos moradores. No que tange ao asseio das casas, os relatos dos viajantes estrangeiros ressaltam a sujeira das cozinhas brasileiras e a desorganização das moradias na primeira metade do Oitocentos, independentemente do grupo social no qual as famílias estavam inseridas. O difícil acesso a equipamentos e à água – disponíveis somente em chafarizes e cisternas – deve ser levado em consideração. Por isso, a presença significativa dos lavatórios de ferro, bem como as descrições sobre o encanamento de água que começam a aparecer no final do período, são indicadores de novos padrões socioculturais que se fixavam lentamente na sociedade.

Em 1893, na cidade de Conquista, em relação à casa de dona Maria Cândida do Espírito Santo, casada com Leonel José da Silveira, havia a seguinte anotação “uma morada de casas com coberta de telha e água dentro, quintal, pasto fechado de cerca de arame, paiol, e moinho avaliada pelos louvados em 2:000\$000 contos de réis”.⁴⁹

Vale lembrar que a substituição paulatina dos chafarizes e bicas pela água encanada é relativamente recente. Os octogenários moradores de Bonfim destacam que, até as décadas de 1940/50, contratavam-se, ainda, os serviços das “mulheres carregadeiras de água”. Também o acabamento das casas, como aquela “coberta de zinco”,⁵⁰ e os “pastos fechados de cerca de arame”⁵¹ são exemplos dessa nova relação entre trabalho, objeto, corpo e tempo.

Jurandir Freire Costa destaca que houve, por parte do Estado brasileiro, uma preocupação maior com a higiene e a saúde das famílias no final do século XIX.⁵² Nesse aspecto, não é demasiado enfatizar que as campanhas de urbanização e higienização fomentadas a partir desse momento, com o objetivo de atingir principalmente as grandes cidades, como Rio de Janeiro e

49 AMB/MG. CSO 31(04), Conquista, 1893.

50 AMB/MG. CSO, 62(21), Boa Morte, 1905.

51 AMB/MG. CPO, 88(01), Piedade das Gerais, 1905.

52 COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

Salvador, devem também ter tido repercussão no interior do Brasil. E, dentro dos três grupos sociais – A, B e C – identificados anteriormente, é de supor que os mais abastados tivessem acesso direto aos novos equipamentos, absorvendo as inovações materiais e impondo novas práticas de convívio, mais rapidamente que o restante da população.

Para que essas novas “regras” fossem colocadas em prática, demandaram-se transformações na relação casa/família e, conseqüentemente, também na relação indivíduo/artefato, nos diferentes segmentos sociais. Quartos mal arejados (as alcovas que resguardavam as “donzelas”) e com pouca luminosidade eram características comuns das moradias mineiras. Assim, foi importante a disseminação das janelas com suas vidraças, e sua maior difusão é perceptível nas fontes cartorárias. Esse elemento da construção civil foi gradualmente deixando de ser restrito apenas aos mais abastados, para ser incorporado por um maior número de famílias. O uso mais frequente talvez estivesse associado ao declínio de seu valor monetário, o que promovia uma incorporação mais sistemática desse material.

Do mesmo modo, o uso mais extensivo do vidro nas moradias podia proporcionar ao interior doméstico mais claridade. Além disso, a ventilação, o sol e a umidade passaram a ser mais bem controlados, ajudando a eliminar os “miasmas” e as “exalações maléficas” tão temidas no final do século XIX, como resultado da proliferação das pestes e epidemias.⁵³ A vidraça podia também oferecer mais conforto às moradias, principalmente aquelas localizadas nas vilas e cidades.

Do outro lado do Atlântico, o problema do interior caseiro era de natureza distinta, por isso a introdução do aquecimento doméstico alterou expressivamente os hábitos e o estilo de vida dos parisienses no século XVIII. Com essa benfeitoria, as famílias burguesas enfrentavam, com mais conforto, o longo e rigoroso inverno europeu, como acentuou Joel Cornette.⁵⁴ Da mesma forma, homens, mulheres e crianças deixaram de contrair doenças e moléstias antes causadas pela umidade e pelo frio excessivos.

Ainda no interior desse espaço doméstico, nota-se que a presença do guarda-louça (que se viu na Fazenda Boa Esperança) ou a popularização do armário, anteriormente encontrado em poucas moradias mineiras, passam a ser mais significativos no final do século XIX e no início da centúria seguinte. Além de mais higiênicas, as casas, que eram repletas de caixotes, “bruacas” e prateleiras abertas, adquiriam gradualmente um sistema organizacional distinto. Com uma divulgação maior desse tipo de mobiliário, podia-se, então, não só abrigar melhor roupas e utensílios, mas também

53 COSTA, Jurandir. *Ordem médica e norma familiar*, p.52-61

54 CORNETTE, Joel. La révolution des objets. Le Paris des inventaires apres deces XVII-XVIII siècles. *Revue D'Histoire Moderne et Contemporaine*, p.476-486, 1997.

estabelecer *outra* relação com o espaço interno das residências, tornando-as mais confortáveis, organizadas, iluminadas e arejadas.

Também é comum encontrar, no pós-1888, descrições sobre “casas que serviam de senzala antigamente”, “senzalas antigas”, “um correr de casas no terreiro que servia de senzala”,⁵⁵ como aquelas encontradas na fazenda Boa Esperança. Mais que representações de um novo tempo, marcado, agora, pela mão-de-obra livre, essas edificações denotam nova função social. Transformaram-se em “casas de despejo”; ou, então, “o correr de casas” continuou a servir de moradia à grande massa de trabalhadores livres do Vale do Paraopeba.

Importa observar que grande parte dos ex-escravos engrossou a fileira dos “camaradas”, dos “jornaleiros” e das trabalhadoras domésticas. Vários homens e mulheres, agora livres e pobres, tornaram-se agregados, meeiros e parceiros das fazendas, executando todo o serviço braçal e ocupações quase sempre não-qualificadas e desvalorizadas socialmente.

Conclusão

As análises realizadas aqui evidenciaram, enfim, que manter o plantel de cativos até os momentos que antecederam o fim do trabalho compulsório, não constituiu, por parte da sociedade, uma preferência pelos padrões escravistas ou uma predisposição para a manutenção da escravatura. Sem incentivos e políticas específicas, como os destinados às regiões agroexportadoras, manter a escravaria até quando fosse possível representou uma “alternativa” admissível naquele momento. Por isso, o “apego” dos mineiros à posse de escravos destacado por Roberto Martins, ou a “mentalidade aristocrática” de João Fragoso e Manolo Florentino, devem ser compreendidos aqui com ressalvas, principalmente no que tange às diferentes temporalidades trabalhadas e ao tipo de produção e economia exercidas no Vale.⁵⁶

Se o fim da escravidão desestruturou temporariamente a sociedade e a economia, nota-se, por outro lado, que o final do século XIX – marcado agora pelo trabalho livre, pela República e pela transferência da Capital mineira – acabou introduzindo gradativamente novas posturas e maneiras de relacionar-se com os objetos da casa e do trabalho. A referência ao

55 AMB/MG. CSO, 62(21), Boa Morte, 1905 e CSO, 12(07), Bonfim, 1890.

56 MARTINS, Roberto Borges. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth century: Minas Gerais – Brasil*. Nashville: Vanderbilt University, 1980. (Tese de doutorado). Ver também: FRAGOSO, João Luís Ribeiro; FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto*. Mercado Atlântico, Sociedade Agrária e Elite Mercantil no Rio de Janeiro, c.1790 – c.1840. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. No caso do livro *Arcaísmo como projeto*, é preciso deixar claro que os autores estão se referindo a um período anterior ao abordado neste artigo; no entanto, o conceito elaborado por Fragoso e Florentino costuma ser utilizado por outros autores de forma indevida em relação ao século XIX. O que se quer reforçar é a ideia de que, a despeito da pertinência dessas concepções, esse tipo de análise não cabe no que tange ao período e ao tipo de economia aqui abordados.

saneamento (água encanada), a maior utilização do vidro nas construções, a popularização do armário, a difusão do lavatório de ferro, do fogão de ferro e a incorporação de novos utensílios de trabalho, como o debulhador de milho trazido da América do Norte, indicam alterações significativas e irreversíveis nas estruturas interna e externa das moradias. Ademais, não é coincidência que o aparecimento das despesas com “camaradas”, a menção às “casas de escolas” e gastos realizados com a educação dos filhos, conforme exemplifica o colégio de Congonhas do Campo, comecem a aparecer nesse período.⁵⁷ Tais fatos anulam a dicotomia fausto *versus* decadência e sublinham que, embora a queda do patrimônio tenha sido expressiva, isso não se traduziu numa estagnação paralisante.

Do mesmo modo, se este estudo permitiu concluir que a redução do patrimônio, do tamanho médio das propriedades e a fragmentação dos espólios alteraram os referenciais de riqueza, sofisticação e luxo, por outro lado não se pode dizer que a significativa diminuição numérica do grupo A (5%), no começo do século XX, tenha colaborado para a formação de uma sociedade mais homogênea e com uma maior redistribuição da riqueza. Outras formas de controle social e econômico estavam sendo equacionadas a partir de então, como a valorização das terras sugere. Embora de forma discreta, percebe-se ainda que diversos investimentos, pouco a pouco, começaram a marcar novos ritmos sociais e econômicos. As ações na Companhia de Tecidos Santa Anna e as eventuais “cadernetas da Caixa Econômica da União Federal” ou da “Caixa Econômica do Estado de Minas Gerais” são alguns exemplos.⁵⁸ Índícios de tempos balizados, agora, por distintas formas de arquitetar a riqueza, de interagir com a economia e de relacionar-se com os objetos da casa e do mundo do trabalho livre.

Constata-se, afinal, que, a partir dos anos 1990, vários estudos acerca dos elementos materiais, do patrimônio, da fortuna, da pobreza e da organização da estrutura doméstica da família e da sociedade em diferentes localidades do Brasil foram empreendidos na historiografia brasileira. Confirma-se, da mesma forma, uma maior necessidade de inventariar e comparar os resultados auferidos até então.⁵⁹ Desse modo, as questões levantadas neste artigo podem adquirir outras nuances, ganhar contornos e significados diferentes e/ou complementares daqueles aqui apresentados. Ressalve-se, porém, que novas perspectivas de análise, ao contemplarem diretrizes nacionais para a discussão das economias de abastecimento, não invalidam as especificidades da cultura material e da riqueza do Vale do Paraopeba.

57 Ver, respectivamente, as referências aos seguintes documentos: AMB/MG, CSO, 27(18), Piedade das Gerais, 1893; CPO, 01(06), Santa Cruz do Dom Silvério, 1901; CSO, 39(10), Rio Manso, 1892.

58 AMB/MG, CPO, 07(16), Santo Antônio da Vargem Alegre, 1912. Ver também: AMB/MG, CPO, 47(19), Rio Manso, 1898.

59 Para uma discussão historiográfica a esse respeito, ver: MARTINEZ, Cláudia. *Cinzas do Passado*, p.24-40.